



# Aniversário da ENSP: surto de Covid-19 em frigoríficos é tema de debate

Publicada em 07/09/2020



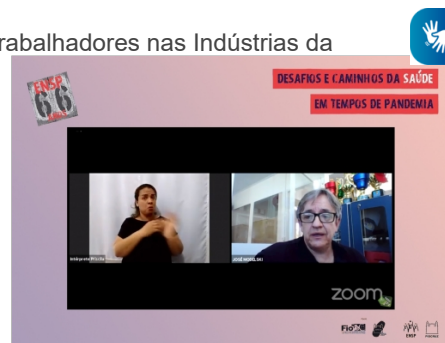
O surto de Covid-19 nos frigoríficos do país tem sido um assunto pertinente nas mídias pelo número assustador de casos na indústria brasileira. Por isso, o Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/ENSP) organizou o painel *Saúde dos trabalhadores e trabalhadoras de frigoríficos em tempos de Covid-19*, que objetivou não apenas propiciar avaliações conjuntas da disseminação da Covid no ambiente do trabalho, como também mostrar as intervenções realizadas, na intenção de aprimorar as ações interinstitucionais em saúde coletiva, já que esse setor de trabalho foi considerado essencial no momento da pandemia, o que impedia os trabalhadores de seguir com o isolamento social. Segundo especialistas, o ambiente de trabalho dos frigoríficos é propício para a

disseminação do novo coronavírus. O trabalho realizado lado a lado na linha de produção, os refeitórios, o transporte, o ambiente refrigerado e as taxas de renovação de ar contribuem diretamente para que esses casos ganhem proporções exorbitantes.

A coordenação da mesa foi realizada pelo coordenador do Cesteh/ENSP, Luiz Claudio Meirelles, que norteou o debate por meio de algumas perguntas que considerou essencial para auxiliar os profissionais dessas indústrias. “Teremos importantes indicativos para os trabalhadores que enfrentam essa pandemia”, salientou ele, na busca de encontrar respostas, por exemplo, de como tem sido a articulação institucional para o enfrentamento da crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19 nos ambientes e processos de trabalho nos frigoríficos do Brasil e o panorama encontrado.

## “A carne mais barata dos frigoríficos e a carne dos trabalhadores”

Diante de tal situação, o secretário-geral da Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação (Contac), José Modelski Júnior, apresentou as ações de enfrentamento utilizadas pelos sindicatos para tentar combater o espalhamento da doença dentro da indústria. Um dos pontos abordados pelo pesquisador é a questão de continuar informando a população sobre o que acontece nos frigoríficos. “A Contac e a CNTA (Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos) estão atuando juntas no enfrentamento da pandemia, além de uma parceria com a Uita (A União Internacional das Associações de Trabalhadores em Alimentos, Agricultura, Hotelaria, Restauração, Tabaco e Afins), que visa colocar para sociedade a questão política, a fim de que se adotem medidas necessárias para minimizar as consequências das contaminações”, salientou José Modelski, já que a ampliação de casos dentro dos frigoríficos também aumentou devido ao descumprimento do isolamento social fora das empresas. Para intensificar ainda mais o combate e deixar a sociedade a par do que acontece dentro dos frigoríficos, foi criada a campanha “A carne mais barata dos frigoríficos e a carne dos trabalhadores”. “A vida está presente nessa campanha, precisou ser feito assim.” A ideia de “chocar” a população com o nome surgiu diante da recusa de algumas empresas a dialogar a respeito de tal situação; por isso, o coordenador salientou a importância da campanha para os profissionais que atuam em frigoríficos. “Esses trabalhadores precisam de uma união de aço muito grande, essa união entre as duas confederações significa dar conta, minimamente, por meio das ações do movimento sindical, e que se cumpram as ações de medidas de proteção para os trabalhadores”, enfatizou.



Do outro lado, a procuradora do Ministério Público do Trabalho – Passo Fundo/RS (MPT/RS) e gerente do Projeto Nacional de Frigoríficos, Priscila Dibi Schvarcz, falou sobre a atuação do Ministério Público do Trabalho diante da situação nos frigoríficos. A procuradora explicou que, desde o início, antes de apresentar casos de Covid no país, o MPT já vinha acompanhando o cenário nos países da Europa. “A tentativa era reduzir o impacto da Covid-19 em trabalhadores dos frigoríficos.” Por isso, eles elaboraram uma recomendação destinada ao setor, numa tentativa de antecipar as medidas que o setor poderia apresentar para diminuir o impacto. “São ações feitas na tentativa de bloquear a transmissão interna”, salientou Priscila, além de alertar que os frigoríficos que implementaram tais ações de forma adequada tiveram resultados muito importantes. Por exemplo, ela cita como é essencial a mudança de renovação de ar dentro desses ambientes. “Setores densamente ocupados com baixa troca de ar geram um ambiente propício à proliferação da doença. Temos tentado fazer com que as empresas entendam a importância da implementação de medidas de renovação de ar e níveis de unidades internos de ambientes refrigerados”, argumentou. Além de tais recomendações, a procuradora salientou que o MPT começou a observar os afastamentos que não estavam acontecendo, o que, segundo Priscila, gerava uma possibilidade de aumento significativo de casos, o retorno antecipado de trabalhadores sem a realização de testes e falhas na busca dos contactantes. Segundo ela, com a implementação das medidas de combate, houve reduções, mas o prognóstico feito no início, infelizmente, se confirmou. “Estamos com uma crise em franca expansão de trabalhadores adoecendo. São 19.451 trabalhadores infectados só nos estados do Sul.”



Como mitigar os riscos e evitar as mortes? Esses foram alguns dos questionamentos levantados pela auditora Fiscal do Trabalho do Estado do Rio Grande do Sul, Bruna Quadros. Para isso, a auditora apresentou os controles de riscos e as medidas adotadas para a redução de casos. A auditora mostrou algo que impressiona, porque frigoríficos de mesma empresa apresentam números tão discrepantes de infectados? Ela explica que isso acontece devido ao perfil epidemiológico, à vulnerabilidade e às particularidades de cada local. “Isso se explica no erro de concepção na hora de idealizar as medidas, além de equívocos na hora de gerir o programa. Não pode ser feito um pacote de medidas para todo o grupo; é necessário respeitar as particularidades de cada lugar”, ressaltou, alegando que as medidas precisam abranger planejamento em faces de risco, ações coerentes com os riscos identificados, monitoramento por indicadores e reavaliação na revisão dos objetivos. “O controle de Covid nos frigoríficos não é apenas uma política de máscaras; se estiver sendo assim,

está errado. A máscara, para a Covid, é uma barreira final. Tem que seguir todas as outras recomendações,” finalizou ela, levantando uma dúvida: se os erros cometidos na elaboração dessas ações são intencionais, ou seja, cometidos pelos

responsáveis por elaborar tais ações dentro da empresa ou se é negligência da própria empresa. “Independente do que seja, é muito preocupante”, concluiu.

Já a coordenadora do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Vales – Cerest/Região dos Vales/Rio Grande do Sul, Adriana Skamvetsakis, falou sobre a atuação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), que segue uma articulação interinstitucional e trabalha na gestão da saúde desses trabalhadores. A coordenadora apresentou as dificuldades que permeavam a questão de gestão de saúde e segurança. Ela apresentou os planos de contingência feitos pelos frigoríficos, mostrando que muitos pontos não estavam de acordo e não contemplavam todos os aspectos necessários para o combate à proliferação da doença. “Inicialmente, eles (os planos) não tinham nem a participação dos médicos de trabalho das empresas. Eram elaborados apenas pelo RH ou pela direção”, relatou. Esse foi apenas um dos erros encontrados nos planos de gestão de saúde das empresas. Outro erro que chamou muito a atenção da coordenadora foi a falta de descrição que pudesse classificar os riscos de Covid em cada local da empresa. “Não havia a discriminação, como se todos os locais da empresa tivessem o mesmo risco e transmissão”, alertou ela, já que o nível de contaminação dentro da indústria é diferente para cada setor. O afastamento de grupo de risco e a análise epidemiológica, segundo a coordenadora, também ficaram de uma forma muito fragilizada dentro das ações. “Havia clareza de afastar os trabalhadores maiores de 62 anos do setor administrativo, mas, nos setores produtivos, isso não tinha nenhuma abordagem específica, e existiam várias formas sem definição de critério.”

Os processos de busca ativa, segundo a coordenadora, eram muito falhos. “Se fosse identificado que a temperatura do trabalhador estava alta, não sabiam para onde encaminhá-lo. Havia pouco treinamento das pessoas que realizavam essa testagem,” salientou. Espaços e fluxos de atendimento de sintomáticos e investigação e notificações dos casos e confirmados também eram negligenciados. Além da mistura de trabalhadores confirmados com infecção da doença com outros profissionais que buscavam atendimento para outras questões. Ao finalizar sua fala, a pesquisadora mencionou os avanços observados. “O fortalecimento da vigilância em saúde deu visibilidade aos riscos, o que fez com que fossem geradas notas técnicas e legislações específicas mediante essas recomendações, e conseguimos perceber algumas melhorias das empresas; mesmo que tenham sido por meio judiciais, e não por compreensão de que é obrigação olhar para os trabalhadores, conseguimos avançar”, concluiu.

**\*Por solicitação da sr<sup>a</sup> Flávia Ferreira de Sousa, representante da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (CGSAT/DISAT/SVS/MS) e Saúde do Trabalhador do Departamento de Saúde Ambiental, Trabalho e Vigilância, sua participação oral e apresentação foram retiradas desta publicação do Informe ENSP.**

